



CSUD
B3 LISTED NM

IGC-NM B3

IGC B3

ITAG B3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem da Administração: A CSU Digital encerrou o ano de 2025 com sólidas evoluções de seus indicadores operacionais e financeiros, evidenciando a consistência de sua estratégia e a resiliência do modelo de negócios. Do ponto de vista operacional, destaca-se: • forte agenda comercial, com 20 novos contratos ao longo do ano - 10 na CSU Pays e 10 na CSU DX - ampliando a carteira de clientes e diversificando as fontes de receita. • 37,5 milhões de contas e cartões cadastrados (+2,3% vs. 4T24) sendo 23,2 milhões ativos e faturáveis (+3,7% vs. 4T24), representando 62% de taxa de ativação no 4T25 (61% no 4T24); • 1,2 bilhão de transações processadas na CSU Pays, somando um volume financeiro de R\$ 486,5 bilhões (+20,6% vs. 2024); • Mais de 15,9 milhões de processos gerenciados na CSU DX, sendo 75% de interações digitais no 4T25 - ampliando a eficiência e a escalabilidade da vertical. Do ponto de vista financeiro, a Companhia registrou recordes históricos de receita líquida, lucro bruto e lucro líquido; • Receita líquida: totalizou R\$ 623,5 milhões (+9,8% vs. 2024), sendo +5,4% na CSU Pays e +18,2% na CSU DX. • Lucro bruto: alcançou recorde RS 257,9 milhões (+7,7% em relação a 2024), com margem bruta de 41,4%. • EBITDA Recorrente: alcançou R\$ 228,1 milhões com expansão de 9,8% vs. 2024 e margem de 36,9%. • EBITDA: totalizou RS 174,7 milhões, com margem de 28,0%, incorporando os investimentos e despesas iniciais relacionados à implantação da operação nos EUA e aprofundamento em IA, sendo várias dessas de natureza não-recorrente. • Lucro líquido: recorde de RS 106,1 milhões em 2025, com margem líquida de 17,0%. Esses resultados são consistentes com o plano estratégico da Companhia que, ao longo dos últimos anos, investiu em novos produtos e tecnologias e diversificou seu portfólio, contribuindo

para um crescimento sustentável e resiliente ao longo de múltiplos ciclos econômicos. Essa trajetória positiva e ascendente de resultados e geração de caixa permite que a Companhia mantenha confiança em seu plano de investimentos e nas novas frentes de negócios que sustentarão o ciclo de crescimento para os próximos anos. Dando um pouco mais de detalhes sobre nossa agenda de expansão geográfica, realizamos a primeira transação em ambiente de produção em dezembro, um passo extremamente importante para a conclusão do desenvolvimento e homologação da plataforma tecnológica para atuação neste mercado. Reforçamos a estrutura interna da Companhia - incluindo compliance, controles, governança e segurança da informação - passando a atender os padrões exigidos nesse mercado. Realizamos uma série de ações de marketing e posicionamento de marca, nos aproximando de potenciais clientes brasileiros e norte-americanos. Cabe reforçar que a estratégia de internacionalização seguirá pautada por disciplina e foco, com marcos operacionais e comerciais bem definidos de forma a consolidar a CSU Digital não apenas uma plataforma multiproduto, mas também, multigeográfica de serviços financeiros. Ainda em 2025, a inteligência artificial permaneceu como um dos pilares centrais da agenda de inovação da Companhia, com a ampliação do uso de agentes de hiperautomação tanto em processos internos quanto em soluções para nossos clientes. Esses avanços impulsionaram ganhos relevantes de eficiência, escalabilidade operacional e diferenciação competitiva, fortalecendo o posicionamento da CSU Digital como uma companhia inovadora e cada vez mais protagonista na aplicação de inteligência artificial no setor de serviços financeiros. A distribuição de proventos realizada em 2025 reforça a solidez da estrutura

financeira construída ao longo dos anos. O total de proventos pagos referentes aos resultados de 2025 totalizaram RS 97,1 milhões, crescimento de +113,0% ou RS 51,5 milhões referente ao montante pago em igual período de 2024. Vale ressaltar, que no valor mencionado acima, RS 50 milhões do total distribuído refere-se a dividendos extraordinários, refletindo o compromisso da Companhia com a remuneração de seus acionistas e a solidez de sua geração de caixa, mesmo diante dos investimentos estratégicos realizados ao longo do exercício. Cabe ressaltar que o ano de 2025 também foi marcado por um ambiente macroeconômico e geopolítico desafiador, com pressões advindas da inadimplência, das taxas de juros elevadas e orçamentos mais restritos para inovação de alguns clientes, cenário que tende a se prolongar no início de 2026. Nesse contexto, a Companhia priorizou a agenda - muito bem sucedida - de renovação contratual, especialmente na CSU Pays, concluindo com êxito a renovação de todos os contratos com vencimento original em 2025 e início de 2026, com extensão de prazos por três a cinco anos adicionais - reforçando a visibilidade das receitas e a solidez das relações com os clientes da Companhia. A Administração continua confiante na estratégia e capacidade de execução da Companhia, e reafirma seu compromisso com investidores, clientes, parceiros e colaboradores que impulsionam e sustentam o crescimento contínuo da CSU Digital.

Marcos Ribeiro Leite
Fundador & CEO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto informação por ação expresso em reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.374	95.679	75.674	96.197
Contas a receber de clientes	5	99.074	84.292	99.113	84.292
Estoques	6	3.075	3.980	3.075	3.380
Tributos a compensar	16	27.131	5.314	27.118	5.914
Receitas interfinanceiras		5.834	-	5.834	-
Outros	8	25.854	11.612	29.150	11.643
		204.342	200.877	239.964	201.426
Não Circulante					
Depósitos judiciais	18	1.675	2.808	1.675	2.880
Tributos a compensar	16	-	895	-	895
Outros	8	2.436	2.181	2.950	2.449
		4.111	5.956	4.625	6.224
Investimentos	9	37.276	34.868	26.554	31.427
Imobilizado	10	15.428	13.864	20.680	18.052
Intangível	11	414.359	367.830	414.609	367.830
Ativos de direito de uso	12	41.023	65.767	44.497	71.189
		508.536	482.329	506.340	488.538
		512.647	488.285	510.965	494.762
Total do Ativo		716.989	689.162	750.929	696.188

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Depósitos	13	19.611	18.798	19.611	18.798
Fornecedores e financiamentos	14	54.388	44.389	55.552	45.691
Empréstimos e financiamentos	14	72	1.677	167	1.677
Passivos de arrendamento	14	18.137	31.194	19.520	32.640
Obrigações sociais e trabalhistas	15	49.432	46.885	50.778	46.893
Receitas interfinanceiras		8.137	-	8.137	-
Tributos a recolher	16	5.481	7.138	5.511	7.138
Dividendos e JSCP	21	4	6.491	4	6.491
Outros	20	3.406	5.697	3.406	5.697
		158.668	162.269	162.686	165.025
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	55.024	-	82.356	-
Passivos de arrendamento	14	18.962	31.954	21.372	36.224
Passivos judiciais	18	13.912	10.501	13.912	10.501
Tributos diferidos	17	5.311	7.298	5.311	7.298
		93.209	49.753	123.131	54.023
Patrimônio líquido					
Capital social	20	279.232	229.232	279.232	229.232
Reserva de capital	23	4.783	3.884	4.783	3.884
Ações em tesouraria	20	(3.063)	(3.063)	(3.063)	(3.063)
Reservas de lucros	20	173.873	233.007	173.873	233.007
Outros resultados abrangentes	20	10.287	14.080	10.287	14.080
		465.112	477.140	465.112	477.140
		716.989	689.162	750.929	696.188
Total do Passivo e Patrimônio líquido					

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

Em 1 de janeiro de 2024	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendo proposto	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação controladora	Patrimônio líquido total
				de lucro legal	de lucro legal						
	229.232	3.009	(3.064)	143.108	26.222	-	17.312	13.537	429.356	-	429.356
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.177	-	-	91.177	-	91.177
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 23)	-	875	-	-	-	(27.500)	-	-	875	-	875
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(17.312)	-	-	(17.312)	-	(17.312)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	41.029	-	(41.029)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	4.559	-	-	4.559	-	4.559
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(18.089)	18.089	-	-	-	-
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	-	13.537	476.596	-	476.596
Ativos financeiros mensurados a valor justo	-	-	-	-	-	299	-	-	299	-	299
	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	18.089	14.080	477.140	-	477.140
Em 1 de janeiro de 2025	229.232	3.884	(3.064)	184.137	30.781	-	18.089	14.080	477.140	-	477.140
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	106.051	-	-	106.051	-	106.051
Aumento de capital (Nota 20)	50.000	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas (Nota 23)	-	899	-	-	-	-	-	-	899	-	899
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Destinação do lucro (Nota 21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de lucro	-	-	-	3.649	-	(3.649)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	5.302	-	-	5.302	-	5.302
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(47.100)	-	-	(47.100)	-	(47.100)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(18.089)	-	-	-	(18.089)
Ajuste na aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1
Outros	-	-	-	-	-	4	-	-	4	-	4
	279.232	4.783	(3.063)	137.790	36.083	-	14.080	468.905	468.905	-	468.905
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	(550)	-	-	(550)	-	(550)
Instrumento financeiro mensurado a valor justo - VJORA	-	-	-	-	-	(3.243)	-	-	(3.243)	-	(3.243)
	279.232	4.783	(3.063)	137.790	36.083	-	10.287	465.112	465.112	-	465.112

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relativas ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

As operações da CSU Digital S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem uma vasta gama de soluções que vão desde (i) a prestação de serviços de processamento de cartões, incluindo cartões de crédito, débito, pré-pagos e de uso múltiplo, (ii) administração e emissão de cartões de crédito (Bin Sponsor), (iii) a prestação de serviços de pagamentos e serviços de estabelecimentos comerciais para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações, (iv) de operação e gestão de redes de captura de transações eletrônicas, que são fundamentais para meios de pagamentos instantâneos, (v) de operação e desenvolvimento de soluções para estabelecimentos comerciais, (vi) de serviços de atendimento aos correspondentes bancários, (vii) da gestão e operacionalização de esteiras de processos de back-office, middle-office e front-office de forma digital ou através de interações humanas para atendimento, rentabilização, vendas, cobrança, análise de crédito, onboarding, curadoria de documentos, intercâmbio e prevenção a fraudes, (viii) de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento, fidelização e aquisição de clientes, e (ix) de prestação de serviços de terceirização de tecnologia de informação (TI). A Companhia é uma sociedade anônima com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo, com registro e ações que são negociadas na bolsa de valores B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. O controlador em última instância é o Diretor-Presidente e fundador da Companhia, Marcos Ribeiro Leite, que detém diretamente o 33,3% das ações e 54,05% das ações por meio da Greenville Delaware LLC. Diversos outros acionistas detêm 44,54% das ações e, além disso, a Greenville Delaware LLC possui 1,08% das ações em tesouraria. A Companhia é controladora da subsidiária integral CSU Digital International LLC, constituída em 21 de dezembro de 2022, localizada nos Estados Unidos da América, que funciona como ponto de apoio para a expansão da empresa de soluções tecnológicas para meios de pagamento e relacionamento com consumidores nos Estados Unidos. Até 31 de dezembro de 2025 a CSU Digital International LLC não realizou operações comerciais. Em continuidade ao seu processo de expansão e consolidação no ecossistema financeiro digital, foram constituídas, em 10 de junho de 2025, a empresa CSU Digital Holding Financeira Ltda. ("CSU Holding Financeira") e em 2 de julho de 2025 a empresa CSU Digital Instituição de Pagamento Ltda. ("CSU IP"), controladas direta e indireta, respectivamente, pela Companhia, com a integralização do capital inicial em valor de R\$ 5.000,00 cada uma, em 29 de setembro de 2025. A CSU Holding Financeira, controlada direta e integral da Companhia, é uma estrutura societária com o objetivo de acomodar as entidades financeiras e de pagamento do grupo. A CSU IP, controlada direta e integral da CSU Holding Financeira, encontra-se em fase de homologação do pedido de autorização, junto ao Banco Central do Brasil, para obter o direito de operar como instituição de Pagamento de Serviços Financeiros sob o regime de Contas Digitais. A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 9 de março de 2026.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Funcionamento de Mercado de Capitais (CMF) e as Normas Internacionais de Relatores Financeiros ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", exceto quanto à apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), requerida pela legislação societária para as companhias abertas, mas como informação suplementar às normas IFRS que não requerem esta apresentação. As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e elas estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente nos exercícios anteriormente apresentados. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseados na experiência histórica e em vários fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 3.2.2. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da CSU Digital S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício e incluído nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data efetiva da aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme para as controladas. Na consolidação todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com a controlada foram eliminados. O resultado do período é atribuído aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem a seguinte controlada:

Controladas	% Participação			
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
CSU Digital International LLC	100%	-	100%	-
CSU Digital Holding Financeira Ltda.	100%	-	-	-
CSU Digital Instituição de Pagamento Ltda.	-	100%	-	-

2.3. Novas normas, interpretações e alterações às normas

Desde 1 de janeiro de 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2025. As principais alterações são:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de cambialidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (IC20e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0)	01/01/2025
Adoção ao IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	01/01/2026
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Contratos referenciados à eletricidade dependente da Natureza	01/01/2026
Adoção IFRS 18 substituição IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
Adoção IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

IFRS S1 e S2 - Divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima: Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude da adoção dessas normas. IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: A forma inicial introduz novos subtítulos e três categorias para receitas e despesas operacionais, de investimentos e de financiamento na estruturação de demonstrações de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. IFRS 9 e IFRS 7



CSUD
B3 LISTED NM

IGC-NM B3

IGC B3

ITAG B3

CSU Digital S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 01.896.779/0001-38

ri.csu.com.br

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relativas ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.8. Derivativos: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

22.9. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros: O risco associado aos ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre as aplicações em títulos de renda fixa, e aos seus contratos de arrendamento, todos com *spreads* pré-fixados. Já para os empréstimos o risco está associado à variação da *3-Month SOFR* e à variação do dólar americano. Os valores justos se aproximam dos seus valores contábeis. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2025 foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os casos que envolvem a projeção de moeda estrangeira, além do acréscimo do indexador, foi considerado: (a) cenário provável - considerado a projeção da taxa de cambio conforme boletim oficial do Banco Central do Brasil; (b) cenário II - com apreciação de 5% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 10% sobre o cenário provável. Para os saldos de aplicações financeiras e passivos de arrendamento o cenário provável considera a projeção do CDI, enquanto que para o saldo de empréstimos o cenário provável considera a projeção da *3-Month SOFR* e acréscimo da projeção de variação do dólar americano. Para os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, os cenários II e III consideram depreciação das taxas. Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos) financeiros		Receitas (despesas) financeiras			
	2025	2024	Cenário			
			Provável	II	III	
Aplicações financeiras.....	33.651	85.579	CDI	4.122	3.092	2.061
				12,25%	9,19%	6,13%
				(5,009)	(6,262)	(7,514)
Passivo de arrendamento.....	(40.892)	(68.864)	CDI	12,25%	15,31%	18,38%
				(2,839)	(9,232)	(14,386)
Empréstimos.....	(82.703)	(1.677)	SOFR/USD	3,43%	11,16%	17,40%

23. REMUNERAÇÃO COM BASE EM AÇÕES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2015, foi aprovada a criação de um Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado pela CVM em 20 de julho de 2015, com objetivo de transferir a titularidade das ações disponíveis em tesouraria, sendo 451.325 em 31 de dezembro de 2025 (519.136 em 31 de dezembro de 2024) de forma não remunerada, isto é, sem opção de compra, obedecendo os prazos de 24 a 36 meses a partir da data de outorga e demais condições estabelecidas no programa. Até 31 de dezembro de 2025, foram outorgadas 482.229 ações a 22 funcionários da Companhia. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 foi reconhecida o montante de R\$ 899 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 875), referente a todos os programas de plano de opções de ações e de ações em tesouraria.

24. SEGUROS

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ramos.....				
Seguro compreensivo empresarial.....	387.613	406.101	415.125	437.063
Responsabilidade civil.....	117.741	120.085	117.741	120.085
Seguro processo civil.....	29.735	5.213	57.247	36.175
Seguro cyber.....	10.000	-	15.502	-
Seguro de veículos.....	8.573	8.069	8.573	8.069
Seguro judicial trabalhista.....	6.382	5.157	11.884	11.349
	560.044	544.625	626.072	612.741

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços.....	704.683	647.225
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).....	(14.337)	(12.875)
PIS e COFINS.....	(49.332)	(45.748)
Contribuição Previdenciária Patronal.....	(17.485)	(20.963)
Receita líquida de prestação de serviços	623.529	567.639

Em 27 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.784/2023, que prorroga a desoneração da folha de pagamento até o fim de 2027. Comumente conhecida como "desoneração da folha", a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) foi instituída pela Lei nº 12.546 de 2011, inicialmente era

obrigatória e válida até 31 de dezembro de 2014. No entanto, vem sofrendo sucessivas prorrogações, além de ter sido suprimida a sua obrigatoriedade. A desoneração da folha é o mecanismo praticado pelo governo com o intuito de beneficiar empresas de alguns setores. A CPRB tende a ser a menor que a contribuição previdenciária calculada sobre a folha. A Companhia é elegível por este benefício por prestar serviços de tecnologia da informação (TI), de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de call center, além de outras atividades não abrangidas.

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Custo dos serviços prestados			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de obra.....	(219.983)	(200.729)	(219.983)	(200.729)
Depreciação e amortização.....	(54.707)	(55.436)	(54.707)	(55.436)
Aluguel e manutenção de software.....	(39.280)	(23.656)	(39.280)	(23.656)
Ocupação.....	(18.944)	(17.477)	(18.944)	(17.477)
Consumo e entrega de prêmios.....	(10.451)	(7.916)	(10.451)	(7.916)
Expedição.....	(6.777)	(5.395)	(6.777)	(5.395)
Materiais operacionais.....	(5.946)	(5.586)	(5.946)	(5.586)
Serviços contratados.....	(5.355)	(7.897)	(5.355)	(7.897)
Consumo de cartões.....	(3.489)	(3.449)	(3.489)	(3.449)
Comunicação.....	(2.768)	(3.056)	(2.768)	(3.056)
Manutenção de equipamentos/móveis.....	(2.185)	(2.423)	(2.185)	(2.423)
Viagens e representações.....	(1.949)	(1.710)	(1.949)	(1.710)
Propaganda/relacionamento.....	(138)	(336)	(138)	(336)
Despesas judiciais.....	(1)	-	(1)	-
Crédito PIS/COFINS.....	9.193	9.075	9.193	9.075
Outros.....	(2.897)	(2.259)	(2.897)	(2.259)
	(365.677)	(328.250)	(365.677)	(328.250)

Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mão de obra.....	(62.753)	(62.827)	(79.905)	(63.259)
Depreciação e amortização.....	(5.082)	(4.842)	(7.414)	(6.272)
Aluguel e manutenção de software.....	(5.074)	(5.010)	(5.285)	(5.010)
Ocupação.....	(4.273)	(3.880)	(6.570)	(3.881)
Materiais operacionais.....	(547)	(735)	(547)	(735)
Serviços contratados.....	(21.011)	(11.670)	(23.518)	(13.140)
Comunicação.....	(501)	(390)	(501)	(390)
Manutenção de equipamentos/móveis.....	(1.694)	(959)	(1.694)	(1.065)
Viagens e representações.....	(8.814)	(3.354)	(10.254)	(5.626)
Propaganda/relacionamento.....	(4.636)	(7.540)	(5.101)	(7.540)
Despesas judiciais.....	(687)	(1.282)	(687)	(1.282)
Outros.....	(6.599)	(4.130)	(7.058)	(5.933)
	(121.671)	(106.619)	(148.565)	(114.133)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de aplicação financeira.....	5.179	6.257	5.325	6.257
Varição monetária ativa.....	4.539	1.891	4.591	1.891
Juros e multa moratória ativa.....	408	505	445	625
Impostos sobre receita financeira.....	-	60	(7)	60
Varição cambial.....	10.126	8.713	10.354	8.833
Encargos s/empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e direito de uso.....	(6.172)	(8.346)	(6.455)	(8.749)
IOF.....	(416)	(122)	(416)	(122)
Varição monetária passiva.....	(3.380)	(1.642)	(3.380)	(1.642)
Despesas bancárias.....	(198)	(134)	(891)	(134)
Juros e multa moratória passiva.....	(351)	(19)	(351)	(19)
Outros.....	(196)	(151)	(196)	(151)
	(10.713)	(10.414)	(11.689)	(10.817)
	(587)	(1.701)	(1.335)	(1.984)

DIRETORIA

Marcos Ribeiro Leite
Diretor Presidente

Pedro Alvarenga D'Almeida
Diretor Executivo de Finanças & Relações com Investidores

Fabiano Agante Drouguetti
Diretor Executivo de Tecnologia da Informação

André Victor Vicentini de Oliveira
Diretor de Finanças, Controladoria e Tesouraria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Kandir
Presidente do Conselho Independente

Antonio Martins Fadiga
Conselheiro Independente

Marcos Ribeiro Leite
Conselheiro

Rubens Antonio Barbosa
Conselheiro Independente

Ricardo Ribeiro Leite
Conselheiro Independente

MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA

Antonio Kandir

Sérgio Luiz da Silva Ribeiro

João Carlos Matias

Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes

CONTADOR

Sérgio Pereira da Trindade
Gerente de Controladoria Sr. - CRC nº 1 SP 198109/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da CSU Digital S.A. e Controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CSU Digital S.A. e Controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSU Digital S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de prestação de serviços

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.26 (a), nº 3.4 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia tem parte substancial de sua receita decorrente da prestação de serviços de processamento de cartões de crédito, programas de relacionamento e fidelização, teleatendimento e televidas "contact centers". A receita é reconhecida à medida em que os serviços são prestados, calculada com base nos preços contratuais acordados com os clientes e inclui estimativas de valores a faturar.

Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, à complexidade do ambiente sistêmico e a volumes de dados transacionados, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas; ii) com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliação do desenho dos controles internos relevantes relacionados com gerenciamento de mudanças e perfis de acesso dos sistemas de medição e faturamento e avaliação dos controles de aprovação dos cliente sobre as estimativas de receitas auferidas; iii) a avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia; e iv) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados para o reconhecimento de receita são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Capitalização de custos relacionados a software

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.15(b), 3(c) e 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os custos de desenvolvimento de softwares que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto, identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Esses custos capitalizados incluem, principalmente, custos com empregados alocados ao

desenvolvimento de softwares e a aquisição de licenças de uso. Dessa forma, devido à relevância dos valores envolvidos, critérios de capitalização consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia na capitalização de custos relacionados a softwares; ii) avaliação dos critérios e premissas adotadas na capitalização de custos relacionados a softwares, reconhecimento e mensuração, através de testes substantivos documentais e em base amostral, que buscam confirmar se os ativos avaliados são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros; e (iii) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia a luz do CPC 4 (R1) / IAS 38 - Ativo Intangível.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiência de controles internos relacionada a um cálculo sistêmico específico sobre gastos capitalizáveis ao intangível, bem como ajuste não realizado pela Companhia por ter sido considerado imaterial, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos os julgamentos exercidos e os critérios adotados na capitalização de custos relacionados são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e

28. RESULTADO POR AÇÃO

Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 20.2). **Diluído:** O resultado diluído por ação é obtido ajustando-se a quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para incluir todas as potenciais ações ordinárias que possam diluir o lucro por ação, presumindo-se a conversão ou exercício desses instrumentos dilutivos, e ajustando o lucro líquido conforme necessário para refletir os efeitos dessas conversões.

	2025	2024
Numerador (em Reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias.....	106.051	91.177
Denominador (em unidades de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria) ...	40.717	40.764
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria e potenciais ações concedidas a empregados).....	41.199	41.158
Resultado básico por ação	2,6046	2,2367
Resultado diluído por ação	2,5741	2,2153

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. As informações de ativos e passivos por segmento não são fornecidas regularmente para a Administração. O resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre CSU.Pays e CSU.DX, está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	CSU Pays		CSU DX	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de prestação de serviços.....	451.657	432.042	253.026	215.183
Deduções da receita bruta.....	(61.171)	(61.490)	(19.983)	(18.096)
Receita líquida de prestação de serviços.....	390.486	370.552	233.043	197.087
Custo dos serviços prestados.....	(180.436)	(167.226)	(185.241	